



CSN tem prejuízo de R\$ 615 milhões no segundo trimestre

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) teve prejuízo de R\$ 615 milhões no segundo trimestre de 2015, frente a um lucro líquido de R\$ 19 milhões de reais no mesmo trimestre do ano anterior. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado totalizou R\$ 801 milhões, queda de 39% ante o segundo trimestre de 2014. As vendas de aço ficaram praticamente estáveis, com variação negativa 0,2%, para 1,261 milhão de toneladas, frente ao período de abril a junho de 2014. Na comparação com os três primeiros meses deste ano, houve queda de 10% no volume vendido. As vendas para o mercado interno representaram 60% do total, queda de 13 pontos percentuais na mesma base de comparação. Já as vendas de subsidiárias fora do Brasil subiram 11 pontos no comparativo anual, assumindo participação de 36% no total comercializado pela companhia. Apesar disso, a receita líquida recuou 9% sobre o segundo trimestre do ano passado, a R\$ 3,687 bilhões, pressionada pela queda de 17% no volume vendido de minério de ferro, que caiu para 5,987 milhões de toneladas no segundo trimestre. A empresa terminou junho com dívida líquida de R\$ 20,8 bilhões, o que representa elevação de 24% sobre igual período de 2014 impulsionado pela desvalorização do real ante o dólar. A relação dívida líquida sobre Ebitda disparou a 5,61 vezes ante 2,71 vezes em junho do ano passado e 4,76 vezes ao final de março deste ano. CSN PRETENDE VENDER ATIVOS A empresa contratou bancos para auxiliá-la na venda de uma série de ativos não essenciais nos próximos meses e está perto de concluir negociações para alongamento de dívidas que vencem em 2016 e 2017, afirmaram executivos da empresa nesta quinta-feira. Segundo o diretor de Relações com Investidores, Gustavo Henrique de Sousa, o alongamento da dívida dos dois próximos anos serve para dar “tranquilidade” para a companhia vender os ativos, depois que o nível de alavancagem da empresa ao final de junho chegou a 5,6 vezes a dívida líquida sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Durante teleconferência com analistas, os executivos da empresa não deram detalhes objetivos sobre o montante que a CSN pretende levantar com a venda de ativos para redução do nível de endividamento, nem quando ocorreria a primeira venda. Entre os alvos de venda mencionados há meses pela empresa está a participação acionária na rival Usiminas e o terminal de contêineres Sepetiba Tecon, no Rio de Janeiro. Para destacar o comprometimento da companhia em

redução da alavancagem aos analistas, o presidente da companhia, Benjamin Steinbruch, fez uma aparição rara durante a teleconferência e afirmou que a empresa vai “desmobilizar ativos periféricos” e que já contratou “bancos que vão nos auxiliar nessa proposta”. Segundo analistas do Itaú BBA, 50% da dívida da CSN está denominada em dólares e, por isso, a contínua desvalorização do real deve colocar pressão adicional sobre a alavancagem da empresa, que deve continuar crescendo. De fato, a grande preocupação dos analistas na teleconferência envolveu a situação de endividamento da CSN, que tem vencimentos de R\$ 24 bilhões nos próximos cinco anos. O diretorexecutivo da empresa, Paulo Rogério Caffarelli, afirmou que a CSN vai “conviver durante algum tempo com alavancagem acima do ideal”, mas que a estratégia de alongar as dívidas que vencem em 2016 e 2017 dará tempo para a venda de ativos sem atropelos e que os recursos dessas vendas serão destinados para pagamento de dívidas mais caras. — Nosso foco agora é 2016 e 2017 e temos praticamente tudo readequado. É o prazo que precisamos para termos um grande volume de desinvestimento e o fruto desse desinvestimento vai pagar operações mais caras. Estamos confortáveis neste sentido — disse Caffarelli. A expectativa da CSN é de investimento de R\$ 1,3 bilhão este ano e de R\$ 1,5 bilhão em 2016. Em 2014, o investimento da empresa somou R\$ 2,24 bilhões. A companhia pagou R\$ 549 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio no primeiro trimestre, quantia que caiu para R\$ 3 milhões no segundo trimestre. Caffarelli afirmou que diante da urgência em redução do endividamento, “a questão dividendo não está na nossa agenda”. A empresa tem reduzido os pagamentos desde pelo menos 2012, quando distribuiu R\$ 1,2 bilhão aos acionistas. As ações da CSN despencavam mais de 8% às 12h52, enquanto o Ibovespa mostrava baixa de 0,7%. Segundo analistas do Bradesco BBI, apesar do valor da ação ter caído 50% desde abril, “ainda não vemos isso como uma oportunidade de compra dado o risco representado pela alavancagem”. Além da venda de ativos e negociação para alongamento de dívidas, a CSN também está internalizando caixa de subsidiárias no exterior, aproveitando a alta do dólar. A companhia terminou junho com caixa de R\$ 11,1 bilhões, queda de 7% sobre um ano antes. — Ao longo dos anos a empresa manteve posição de caixa relevante no exterior e é um bom momento internalizar isso agora — afirmou Caffarelli.

Fonte: APCS - 20/08/2015

Número de recuperações judiciais até agosto bate recorde, diz Serasa

O número de recuperações judiciais requeridas de janeiro a agosto é 41,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, segundo a Serasa Experian. Foram 766 ocorrências contra 541 apuradas nos oito primeiros meses de 2014. O resultado também é recorde para o acumulado dos oito primeiros meses do ano desde 2006, após a entrada

em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005. As micro e pequenas empresas lideraram os requerimentos de recuperação judicial de janeiro a agosto, com 393 pedidos, seguidas pelas médias (228) e pelas grandes empresas (145).

Na análise mês a mês, houve aumento de requerimentos de recuperação judicial em agosto em relação a julho, passando de 135 para 139, aumento de 3%. Já na comparação entre agosto de 2015 e agosto de 2014, a alta foi de 113,8%: de 65 para 139. Na verificação mensal de agosto, as MPEs também ficaram na frente com 70 requerimentos, seguidas pela médias empresas, com 54, e as grandes que, em agosto/2015, foram as únicas a registrar queda no número de recuperações judiciais requeridas, passando de 40, em julho/2015, para 15, em agosto/2015. De acordo com os economistas da Serasa Experian, o aprofundamento do quadro recessivo da economia brasileira ao longo do segundo trimestre deste ano e os sinais de novo enfraquecimento da atividade que começam a surgir relativamente ao terceiro trimestre, conjugados com altas do dólar e dos juros, colocam dificuldades adicionais à solvência financeira das empresas.

Falências

Nos primeiros oito meses do ano, foram 1.156 pedidos de falência no país, aumento de 6,8% em relação a igual período de 2014, quando foram registrados 1.082. Do total de requerimentos de falência efetuados de janeiro a agosto, 598 foram de micro e pequenas empresas (de janeiro a agosto de 2014, foram 549); 267 de médias empresas (em igual período do ano passado, 273) e 291 pedidos de grandes empresas (em 2014, 260). Em agosto, foram requeridas 185 falências, aumento de 6,9% em relação ao mês anterior, quando ocorreram 173 solicitações. Já em relação a agosto de 2014, com 149 falências requeridas, o aumento foi de 24,2%. As micro e pequenas empresas foram responsáveis pelo maior número de pedidos de falência em agosto: 99. Em seguida, as empresas médias, com 51 solicitações, e as grandes, com 35.

Entenda as recuperações judiciais:

Recuperação Requerida: Quando a empresa entra com o pedido de recuperação em juízo, acompanhado da documentação prevista em lei, e que será analisado pelo juiz. Neste momento, verificará se o pedido poderá ser aceito.

Recuperação Deferida: A documentação foi analisada pelo juiz e está correta e o pedido pode prosseguir para a próxima etapa, que será a apresentação do plano de recuperação, mas isso não significa que a recuperação será concedida.

Recuperação Concedida: Uma vez que passou por todos os passos e cumpridas as exigências de lei, foi acatado o pedido, quando a empresa permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano.

Fonte: Notícias Siscontábil - publicada sexta-feira, 04 de setembro, 2015

Engajamento de funcionários

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrem 270 milhões de acidentes ao ano nas empresas em todo o mundo. No Brasil, são 1,3 milhão de casos, causados pelo descumprimento de normas básicas de proteção e más condições nos ambientes e processos de trabalho. Para diminuir esses números, em primeiro lugar é essencial que os trabalhadores entendam que eles devem ser os mais interessados na preservação de suas vidas. As empresas podem estimular essa conscientização investindo em novas rotinas e, em conjunto, ambas as partes precisam fazer uma análise dos riscos das atividades do dia-a-dia para criar um plano preventivo contra eles. Ao contratar novos funcionários, as empresas realizam ambientações e treinamentos, atribuindo peso menor às experiências e comportamentos que cada um carrega consigo. No fundo, o que as companhias precisam é desmistificar o raciocínio de que as pessoas são iguais e encará-las como únicas. Ao migrar do aspecto técnico para o psicológico, esses novos processos mudam as percepções de risco e fornecem dados para que a liderança realize mudanças de rota, passando a considerar também o intangível - no caso, os critérios subjetivos, conscientes e inconscientes, que motivam os integrantes do time em suas tomadas de decisão. Tendo em vista o que é praticado hoje, essa nova abordagem representa uma quebra de paradigma, em especial porque exige personalização e, por consequência, mais dedicação e tempo dos responsáveis pela área de segurança e dos líderes na conscientização e capacitação de suas equipes. Tratar os profissionais (realmente) como indivíduos aumenta o engajamento e diminui riscos. Mas, além disso, influencia também outros fatores essenciais para o êxito do negócio, como facilidade de processos e clima organizacional.

Fonte: Notícias Siscontábil - *publicada sexta-feira, 04 de setembro, 2015*

Empresários defendem plano de proteção ao emprego permanente e menos burocracia.

Empresários que participaram de audiência pública para discutir a Medida Provisória (MP) 680/15 defenderam, nesta terça-feira (8), que o benefício se torne permanente e que haja menos burocracia para atender os requisitos. A MP cria o Plano de Proteção ao Emprego (PPE) e permite a redução de salário e jornada mediante negociação coletiva.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Luiz Moan, defendeu o PPE. “Além de ser um programa moderno e costurado para as crises, ainda auxilia o governo federal no ajuste fiscal, e também os governos estaduais e municipais, porque mantém uma atividade produtiva mínima”, disse, durante debate na comissão mista que analisa a MP. Para Moan, o ideal é que o benefício seja permanente para que possa ser utilizado em qualquer crise que venha a ser enfrentada.

A MP estabelece que as empresas possam participar do programa por até 12 meses (seis meses com uma renovação), e a adesão ao programa vai até 31 de dezembro. Pela medida, o trabalhador com salário e jornada reduzidos manterá o vínculo trabalhista por até oito meses, em casos de adesão ao programa por seis meses; e até 16 meses, em adesões por 12 meses.

Burocracia

Para o consultor jurídico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Pedro Ludwig, o PPE é importante para preservar os empregos, mas é preciso diminuir a burocracia para que mais empresas possam aderir ao benefício, como, por exemplo, a exigência das certidões negativas.

Segundo o secretário de Políticas Públicas de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho, Giovani Queiróz, três empresas já aderiram ao plano e 19 estão em processo de análise de documentos. “Se fôssemos pagar o seguro desemprego, gastaríamos R\$ 11 milhões. Com os benefícios do FAT gastos no PPE, são R\$ 5 milhões investidos no plano, dessa forma, R\$ 6 milhões são poupados”, relatou.

Pequenas empresas

O secretário executivo da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, José Constantino Junior, sugeriu que o plano estabeleça regras menos rígidas para as micro e pequenas empresas. Para ele, em muitos casos, os empregados dessas pequenas empresas não têm acesso à negociação coletiva, o que seria um impeditivo para que possam participar do PPE. “Flexibilizar essa regra vai catapultar os bons resultados (de preservação do emprego) para o bem do País”, afirmou.

Para a diminuição salarial e de jornada ser possível, a MP prevê a necessidade de acordo coletivo de trabalho entre a empresa e o sindicato da categoria predominante. A redução deverá abranger todos os empregados da companhia ou, pelo menos, de um setor específico.

Tramitação urgente

O relator na comissão, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), ressaltou que a tramitação da MP é urgente e que pretende apresentar o relatório na próxima semana. “Estamos trabalhando em cima dos pontos levantados para ampliar e abranger a questão da microempresa”, disse.

Sobre a dispensa de certidões negativas, Vilela ponderou que permitir que empresas negativadas participem do programa pode ser entendido como uma premiação para quem não realiza as devidas contribuições sociais, e que o programa procura manter.

O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que o Congresso fez os ajustes necessários nas MPs do ajuste fiscal encaminhadas pelo governo, procurando atender em parte a todos os interessados. Segundo ele, até a próxima semana, o Legislativo irá apresentar uma proposta para que o plano possa construir mecanismos para um crescimento econômico com mais rapidez.

Fonte: Agência Câmara Notícias, por Luiz Gustavo Xavier, 08.09.2015 e Clipping de Notícias Granadeiro 08/09/2015

Relator quer vigência do Programa de Preservação do Emprego ampliada.

Como não há nenhuma previsão sobre quando a crise econômica vai acabar, devem ser prorrogados os prazos de adesão e vigência relativos ao Programa de Preservação do Emprego (PPE).

A ampliação é defendida pelo deputado federal Daniel Vilela (PMDB-GO), relator da Medida Provisória 680, que criou o PPE em 6 de junho passado. Ele vai apresentar o relatório na próxima semana e diz que não recebeu nenhuma reação contrária à proposta. O programa troca perda parcial e temporária de salários por estabilidade no mesmo período.

“Hoje, a medida provisória estabelece o dia 31 de dezembro como a data final para adesão ao programa. Talvez seja interessante estender esse tempo de adesão. Também pode haver a necessidade de ampliar, além dos 12 meses, o período de vigência desse programa”, afirmou o parlamentar.

A ideia do deputado Vilela é que o prazo de adesão seja estendido até junho do próximo ano, enquanto o da vigência passe para o final do próximo ano.

Numa resposta do governo ao aumento do desemprego, o PPE permite às empresas em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30% – salário que será parcialmente recomposto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Como contrapartida, a empresa beneficiada fica impedida de demitir empregados sem justa causa por até 16 meses.

Vilela rebate as críticas de que o FAT não teria recursos para bancar o programa – estimado em R\$ 97 milhões para 2015 e 2016.

Para o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), eventuais mudanças na proposta vão depender de acordos com as centrais sindicais.

“É um texto consistente, que tem como objetivo fundamental preservar o emprego. Qualquer mudança no texto, evidentemente, depende das centrais”, destacou.

Sem privilégios nem limites

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão Mista que analisa a matéria, o relator voltou a afirmar que não pretende assegurar privilégios a nenhum segmento empresarial.

Vilela informou que foram apresentadas cerca de 170 emendas à MP, mas garantiu que vai manter a proposta inicial.

“Não pretendo conceder tratamento diferenciado para nenhum setor da economia”, disse o deputado, que considera a proposta benéfica diante da crise econômica do País.

O deputado federal ponderou, entretanto, que vai estudar uma saída às empresas que pretendem aderir ao PPE, mas que estão impedidas por causa de débitos tributários, um dos motivos para a rejeição de interessados.

Representantes de entidades patronais que participaram da audiência pública sobre o projeto lei reclamaram que a regularidade fiscal veda o acesso de empresas em dificuldades e com atraso no pagamento dos tributos ao programa.

Outro ponto defendido pelo relator é que a medida provisória não foi dirigida somente para o setor automotivo.

Na avaliação dele, não há limite de segmentos a serem abrangidos pelo programa.

Esclareceu que o principal critério de adesão é estabelecido por meio de um cálculo que considera a quantidade de empregados e demitidos pela empresa nos últimos 12 meses anteriores ao da solicitação.

Se, no período, o total de empregados cair ou subir abaixo de 1%, fica caracterizada a situação de dificuldade econômico-financeira, e a empresa poderá pedir a adesão.

“Não basta a empresa querer. Os funcionários devem concordar e registrar isso em convenção coletiva”, ressalta o relator do projeto.

Programa permanente

Na audiência, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, sugeriu que o PEE fosse mantido após os prazos de adesão e vigências.

“Eu gostaria mesmo que esta medida fosse permanente no Brasil, porque as crises vêm e vão”, afirmou.

O executivo também falou que outros setores da economia tendem a aderir ao PPE. “Talvez a Anfavea tenha aberto a porta, mas outros setores estão estudando.”

Fonte: Diário do Comércio, Indústria e Serviços, por Abnor Gondim, 09.09.2015 e Clipping de Noticias Granadeiro 09/09/2015

57ª Convenção de contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, JÁ ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES



As inscrições para a 57ª Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que será realizada de 22 a 24 de outubro de 2015, já estão abertas e a programação preliminar veja aqui.

Inscrições

PERIODO	PROFISSIONAL	ESTUDANTE	ACOMPANHANTE	OUTROS
01/08 a 30/09/2015	R\$ 480,00	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 520,00

Inscrição como estudante:

- Apenas estudantes de graduação
- Faz-se necessária apresentação de comprovante de matrícula no credenciamento do evento dentro do prazo de validade
- No valor da inscrição não está incluso a Hospedagem

- A inscrição inclui: • Acesso às palestras, à exposição e a todos os eventos da Convenção;
- Material do participante; • Coffee breaks; • Coquetel de Abertura; • Acompanhantes têm acesso apenas à área de exposição e ao Coquetel de Abertura
- A inscrição só estará confirmada após o pagamento do boleto e poderá ser paga em até 3 vezes.
- Todos os participantes deverão usar crachá em todos os eventos.

Programa Preliminar

22 OUTUBRO – QUINTA-FEIRA

- 14h – Abertura do Fórum da Mulher Contabilista
- 14h15 – As diversas responsabilidades de ser Presidente
Talk show com presidentas dos CRCs
- 15h30 – Superação e Resultados Sensacionais
Palestrante: Adriana Albuquerque
- 16h30 – Encerramento do Fórum da Mulher
- 17h – Abertura Solene da 57ª Concerj
- 17h30 – Realização da Milésima Plenária do CRCRJ
- 18h30 – Palestra Magna: Contabilidade e Democracia
- 20h – Coquetel de Abertura

23 DE OUTUBRO – SEXTA-FEIRA

- 15h – Palestra Simultânea – Segurança da Informação 9h30 – Abertura do Seminário de Contabilidade na Área Pública
- 10h – Palestra Plenária: A importância da contabilidade como instrumento de transparência na gestão pública
- 12h – Encerramento do Seminário de Contabilidade na Área Pública

Início da 57ª Concerj

- 14h – Palestra Plenária: Esclarecimentos sobre o COAF
- 14h – Palestra Simultânea – Área Pública – Observatório Social
- 15h – Palestra Plenária – Educação Financeira
- Palestrante: **Luis Carlos Ewald – Sr. Dinheiro** (do Programa Fantástico da Rede Globo) com baixo custo
- Palestrante: **Paulo Pagliusi** – Ph.D in Information Security, CISM
- 16h15 – Apresentação da peça de teatro Ensino em cena – Orçamento Familiar
- 17h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios
- 17h30 – Palestra Plenária – Dialogando com o Fisco
- 17h30 – 18h30 – Palestra Simultânea 3 – A Perícia Judicial e o novo CPC
- Palestrante: **Desembargador João Zivaldo Maia**
- 18h30 – Palestra Plenária – Transparência X Corrupção – Uma Visão Integral da Sociedade Civil
- Palestrante: **Jesús Lizcano** – Presidente do Instituto Internacional de Transparência

19h30 – Palestra Plenária: Muito além dos números: os desafios para a Contabilidade
(2015-2030)

Palestrante: **Dr. Edgard Bruno Cornacchione Junior** – Professor da Faculdade de
Economia,

Administração e Contabilidade da USP

20h30 – Encerramento

24 DE OUTUBRO – SÁBADO

9h – Palestra Plenária – Grande Painel Sobre Sped Fiscal e Contábil e E- social

Palestrantes: **Marcio Tonelli** – Especialista em SPED

Luiz Tutomu – Especialista em EFD ICMS/IPI

José Nilton Loureiro – Gerente da Filial do Fundo de Garantia Rio de Janeiro da Caixa

9h30 – Palestra Simultânea: Programa de Educação Continuada para Contadores e

Auditores Preparadores das demonstrações Contábeis das S/A

11h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios

11h30 – Palestra de Encerramento: Violência contra o cidadão

Palestrante: **Deputada Estadual Martha Rocha**

12h30 – Encerramento Solene da 57ª Concerj

Maiores Informações e Inscrições: site www.57concerj.com.br

e-mail :concerj57@crerj.org.br

Fonte: Informativo CRC/RJ

Filiada a:

